

Invisibilização dos negros no planalto norte catarinense: reflexões acerca da abordagem historiográfica da região do Contestado e o Ensino de História

Rildson Alves dos Santos Grunow¹
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O presente artigo tem por intuito a análise da marcante invisibilização do elemento negro nos textos que tratam da questão do povoamento do planalto norte catarinense, onde, mais tarde, ocorreriam os conflitos conhecidos como Guerra do Contestado. Apesar da sua razoável presença na região desde os tempos do tropeirismo, a partir da primeira metade do século XVIII, passando pelo período de disputa do território entre as províncias do Paraná e Santa Catarina, adentrando como protagonistas à questão do Contestado já no século XX e após seu desfecho. Não se pode afirmar que a historiografia lhes faz justiça em relação a reconhecer a real importância do negro na composição étnica do planalto, sobretudo após a chegada dos imigrantes europeus. Recorreu-se, para tanto, a pesquisas acerca da historiografia sobre o tema.

Palavras-chave: Negros, Afrodescendentes, Tropeirismo, Contestado, Planalto Norte.

Abstract: This article intends to analyze the marked absence of the black element in the books dealing with the issue of settlement of northern Santa Catarina plateau, where later occur conflicts known as Contested War. Despite its reasonable presence in the region since the *tropeirismo* times, from the first half of the eighteenth century, through the dispute period the territory between the provinces of Paraná and Santa Catarina, entering as protagonists the question of Contested in the twentieth century and after its conclusion. Can not say that historiography does them justice in relation to recognize the real importance of the African, especially after the arrival of European immigrants. It appealed to both the research in books.

Keywords: Black, African Descent, *Tropeirismo*, *Contestado*, *North Plateau*.

Introdução

Ao nos debruçarmos sobre a questão do povoamento da região do Planalto Norte Catarinense, que se dá entre os séculos XVIII e início do XX, vemos que, assim como em outras regiões, aqui esse processo não se deu de forma espontânea ou mesmo pacífica. Confrontos de diversas naturezas se fizeram eclodir durante tal episódio. Pessoas de diversas procedências convergiram para as demais regiões sulinas, levando consigo as mais variadas intenções de prosperidade. No caso do Planalto Norte Catarinense isso se deu de modo mais peculiarmente conflitivo. Ao nos afastarmos um pouco do lugar comum, que com propriedade nos mostra a dizimação de nações indígenas e escravização de negros para fins de uma colonização padrão nos moldes portugueses, podemos ver que para além desse intento

¹ Mestrado em Ensino de História – PROFHistória/UFSC. Professor da Rede Pública do Estado de Santa Catarina. rildson.alves@posgrad.ufsc.br



plenamente atingido, é possível notar na letra dos autores da época uma ausência compulsória do negro nesse contexto planaltino como partícipe incontestado da história local. Se for fato que os negros habitaram o planalto mesmo durante os primeiros movimentos de colonização, por que sua presença não ilustra com a devida proporção as páginas da historiografia específica? A partir da observação dessa lacuna é que pretendemos desenvolver este trabalho.

É sabido que a colonização da região Sul do Brasil se deu, em relação às demais regiões, tardiamente. Segundo Arno e Maria José Wehling, o século XVIII representou para o Brasil a época da consolidação colonial². De fato, no início dos setecentos, o sul do Brasil beirava o completo despovoamento. As bandeiras paulistas serviram de obstáculo para os espanhóis atingirem o Atlântico desde o Paraguai e se apossarem do território onde se encontram atualmente os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Tratado de Tordesilhas, que ainda vigorava (1494 – 1750), dava aos espanhóis o direito de se fixarem nessas terras sulinas. Na prática, os portugueses já vinham se infiltrando além dos limites de Tordesilhas que estabelecia para Portugal desde a porção oriental da Ilha de Marajó, no atual Estado do Pará, até Laguna, litoral de Santa Catarina. O Oeste desse meridiano pertencia à Espanha, e dentro desse vasto território colonial ficava a futura Região Sul do Brasil. Mas os portugueses também tinham seus planos de expansão, e em 1680 fundam a colônia de Sacramento no atual Uruguai; enquanto que os espanhóis através dos jesuítas fundavam reduções a oeste.

Dessa forma, entre Laguna, Sacramento e o oeste povoado pelas reduções jesuíticas espanholas, os Sete Povos das Missões (Rio Grande do Sul, Argentina e Paraguai), encontrava-se um vasto território desabitado por europeus. À parte os conflitos sucessórios das Coroas entre ambos os países ibéricos que incorriam em invasões nas respectivas colônias, conflitos que foram a termo com o Tratado de Utrecht, de 1715, o cenário se manteve inalterado em termos de povoamento. Mas ao sul, em Sacramento, de acordo com Paulo Possamai, os soldados e colonos portugueses trouxeram consigo índios e negros do Brasil para auxiliá-los na construção e manutenção do novo estabelecimento: contudo, seu papel não se limitou aos trabalhos cotidianos, pois muitas vezes foram forçados a lutar ao lado de seus donos nos constantes conflitos com os espanhóis ao longo da conturbada história da Colônia do Sacramento³. Corrobora com essa afirmativa o fato de a fundação da Colônia do Sacramento ter como objetivo, para além de assegurar a possessão portuguesa, comercializar

2 WEHLING, 1999.

3 POSSAMAI, 2008, p. 4.



escravos africanos na região do Prata, o que indica já a presença do elemento negro no sul do continente americano. Para reforçar ainda mais a alegação da presença de negros na foz do Prata, Possamai lança mão do depoimento de um soldado espanhol de 1680 em sacramento, publicado por Carlos Luna em 1931 em Buenos Aires:

Já em 1680, quando da fundação da fortaleza, os portugueses levaram para Sacramento escravos destinados ao comércio, pois, segundo depoimento de um soldado espanhol, o filho do capitão de um navio português ofereceu-lhe dezesseis ou dezessete negros, enquanto que o capelão do mesmo navio queria vender-lhe seis ou oito escravos além de outras mercadorias. Um piloto português que o mesmo conheceu em Buenos Aires disse-lhe ainda que “trazia seis moleques para vender”⁴.

Diante disso, e para além das pretensões de Portugal referentes à essa região, que já delineava uma política de povoamento no Sul, e pretendia unir definitivamente Sacramento ao restante da colônia via litoral até Santa Catarina, é possível determinar a utilização de escravizados africanos para tal investida. Seriam os núcleos de colonização no Rio Grande e Uruguai que deveriam ser interligados por estradas até São Paulo. Estabelecia-se assim o embrião do que viria a ser a atividade do tropeiro. É conveniente aqui, mencionar que os paulistas à altura já contavam com escravizados negros e indígenas, conforme Werneck Sodré citando Varnhagen em sua “História Geral do Brasil”: *nos engenhos de São Vicente trabalhavam escravos*⁵. Destaca-se, portanto, que tanto ao norte do planalto catarinense (São Vicente) quanto ao sul (Sacramento) já era registrada a presença de negros por volta do século XVII.

Mas foi mesmo durante o que se convencionou chamar da segunda etapa do desenvolvimento econômico do Brasil, com a descoberta do ouro das Minas Gerais, século XVIII, que as oportunidades para os paulistas se abriram. Com a demanda por produtos e víveres nos confins da mineração, fez-se necessário o fornecimento desses itens os quais eram trazidos pelos tropeiros paulistas. Há registros de tropas que contavam com a mão-de-obra escravizada: *das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem*⁶. Camila Flausino em seu estudo sobre o tráfico

4 LUNA, 1931, tomo 1. p. 134. Declaração do soldado Fernando Antonio de la Fuente, 11 de fevereiro de 1680, in: *Campaña del Brasil - Antecedentes Coloniales. Documentos referentes a la guerra de la independencia y emancipación política de la República Argentina y de otras secciones de América. Segunda série, dirigida por Carlos Correa Luna. Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 1931, tomo 1 (1535-1749).*

5 SODRÉ, 1998.

6 ANTONIL, 1982.



interno de escravos em Mariana-MG, aponta para transação de negros escravizados nos seguintes termos: *distribuição dos escravos negociados segundo a atividade produtiva: Mariana: 1850-1886: tropeiros = 12* (FLAUSINO, 2006). Seguindo esse panorama e sabendo que Minas era o destino principal das tropas que visavam negociar seus produtos, é possível depreender que a atividade tropeira, encabeçada pelos paulistas e que abrangia um extenso território — desde as estâncias do Rio Grande até Sorocaba-SP e de lá a Minas — contava com a presença de escravizados negros. A propósito do povoamento da região Sul e de suas rotas comerciais que levavam a São Paulo e Minas, acrescenta Wehling:

A política de povoamento da Região Sul foi executada de várias formas: estímulo às correntes migratórias de colonos saídas de São Paulo e responsáveis pelo estabelecimento de fazendas de gado em Curitiba, Guarapuava, Palmas e Lages; abertura de um caminho de Laguna até Sacramento em 1728, o Caminho dos Conventos; apoio a novas fazendas de gado em território rio grandense e uruguaio. Nos anos seguintes, comboios de cavalos e mulas dirigiram-se às Minas. Outra medida tomada pelo governo português foi a fundação de Montevidéu em 1723, para servir de suporte militar à colônia. A política de ligação entre Sacramento e São Paulo por meio de fazendas de gado e estradas foi facilitada, ou mesmo viabilizada, pela descoberta das Minas⁷.

Sandro Moreira contribui dizendo que como o transporte e comunicação com Minas não era favorável devido ao seu terreno montanhoso, o mesmo não ocorria no Sul que apresentava melhores condições naturais ao desenvolvimento dessas atividades, planícies excepcionais para a criação de animais. Tudo isso favorecia para que no Sul se multiplicasse o número de cabeça de gado. Moreira vai além:

A pecuária, base econômica da ocupação do extremo sul da Colônia, esparramada nas pastagens do Rio Grande e Santa Catarina se constituiu num setor econômico subsidiário de outro setor principal, que atuou como mercado consumidor, a mineração. Apesar dos obstáculos, a partir de 1730, teve início a exportação de animais do extremo sul para as regiões centrais. Desde então, bovinos, equinos e muares chegavam a São Paulo de onde eram distribuídos para outras regiões, após terem sido negociados nas feiras anuais de Sorocaba⁸.

O mesmo autor ainda afirma que a história dos municípios catarinenses, tais como Papanduva, Itaiópolis e Mafra, liga-se ao ciclo aurífero das Minas através dos paulistas que

7 WEHLING, 1999, p. 167.

8 MOREIRA, 2010, p. 64.



com sua tropa abriam caminhos e trilhas nas florestas do Sul promovendo também o desenvolvimento dessa região e marcando o domínio português na mesma.

Diante dessa conjuntura, a paulatina formação de povoados, de fazendas criadoras de gado, da lavoura e de outras lidas, não é de todo inverossímil que houvessem escravizados negros, forros ou livres (nesse último caso, após 13 de maio de 1888), compondo parte significativa da população na região, uma vez que tal mão-de-obra era na Colônia, e posteriormente no Império, encarada de forma essencial para a economia. No texto *Migrantes caboclos em Florianópolis: trajetória de uma experiência religiosa* (2002), Roberto Iunskovski deixa clara a presença desses indivíduos em Florianópolis; inclusive, é mencionada uma comunidade de caboclos descendentes dos sobreviventes do Contestado que se mudaram para o Morro do Horácio naquela capital após o conflito, a partir de 1916. Isso demonstra que havia uma população negra no planalto catarinense uma vez que, segundo Iunskovski, por ocasião da pesquisa para sua dissertação, 75% dos habitantes do Morro do Horácio se dizem descendentes daqueles caboclos. Boris Fausto em *História do Brasil*, rapidamente menciona que senhores de escravos cederam cativos para lutar como soldados. Uma lei de 1866 concedeu liberdade aos “escravos da Nação” que servissem no Exército. A lei se referia aos africanos entrados ilegalmente no país após a extinção do tráfico, que tinham sido apreendidos e se encontravam sob a guarda do governo imperial⁹.

Em Campos Novos, Santa Catarina, segundo a pesquisadora Enedi Rosa, foi constatada a presença de escravizados nas terras do estancieiro Matheus José de Souza e Oliveira, em 1876. Este, deixou em testamento, a sua “Terça” para aqueles após o seu falecimento. O evento acabou tornando-se notório na ocasião a ponto de tal localidade ficar conhecida como Invernada dos Negros. A pesquisadora esclarece que: segundo o direito da época, a Terça era terça parte da herança de que o testador podia dispor livremente – “a qual lhes será dada em campos e terras lavradas dentro da Envernada”¹⁰. Ainda segundo Enedi Rosa, deixar lotes de terra para ex-escravizados parece ter sido uma prática razoavelmente usual já que a mesma cita outros casos semelhantes no período da escravatura no sul do Brasil, como o que Ilka Boaventura Leite apresenta em Mostardas, no Rio Grande do Sul, em 1824. Em seu testamento, Dona Quitéria Pereira do Nascimento, viúva e sem filhos, deixou expresso o seguinte: “Declaro que por meu falecimento deixo na mencionada Fazenda dos Barros

9 FAUSTO, 2002, p. 213.

10 Anais do VI, VII e VIII Encontro Catarinense de Arquivos – Blumenau / Florianópolis / Jaraguá do Sul: 1994/96/98.



Vermelhos a todos os meus escravos, que deixo libertos, a extensão de terreno que parte do Capão do Retovado até a Lagoa que divide o capão denominado de Casca, de costa a costa..."¹¹.

Claudia Nascimento fornece dados contundentes sobre a presença marcante do negro na Lapa no atual Paraná, já no século XVIII. Diz ela que a antiga Vila do Príncipe, atual Lapa, situada na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, originou-se também a partir do tropeirismo, que por ali passava desde Viamão, Rio Grande do Sul até Sorocaba, São Paulo, transportando cavalos, gado e mulas. O lugar conhecido como o “País dos Tropeiros”, em 1769 é alçado ao status de Freguesia. Com o desenvolvimento econômico que tal atividade proporcionou, no final do século XIX já era pontilhada por grandes fazendas de gado. Negros escravizados e livres, mesmo em menor proporção se comparados às outras províncias, não deixaram de ser aproveitados pelo tropeirismo, porém na sua maioria, eram explorados compulsoriamente no latifúndio local como braços para as roças e lavouras, mas também nas atividades pecuárias. Conforme Cecília Westphalen: as primeiras explorações na região começaram em 1731 com as tropas que fixavam seus pontos de pouso, logo, foi estabelecida a primeira família e depois pequenas unidades comerciais. Em meados de 1806, foi transformada em base das tropas legalistas, contando com 629 habitantes negros¹². Otavio Ianni ainda acrescenta que “os Campos Gerais paranaenses foram caracterizados por Saint-Hilaire como região tipicamente pecuária, onde o viajante encontrou escravos em todas as fazendas”¹³. Assim, pode-se afirmar que durante todo o período de colonização e desenvolvimento da região a presença de negros e seus descendentes sempre foi notória. Vale lembrar que a Lapa dista de Mafra, entrada para o planalto norte catarinense, cerca de 57 quilômetros o que não deixa margem para dúvidas em relação à população negra ter se estabelecido neste planalto uma vez que os grilhões da escravidão não penetravam a floresta densa local, o que o configura como uma região bastante atrativa para quem quisesse viver à parte desse sistema; negros fugidos, índios desalojados, peões expulsos de suas terras por fazendeiros para ali acorriam em busca de uma nova vida.

Modernização: expulsão e embranquecimento

11 LEITE, 2002, P. 250.

12 WESTPHALEN, 1979.

13 IANNI, 1992.



Com o advento das políticas modernizadoras, alinhadas com as demandas da Revolução Industrial, em fins do século XIX e início do XX, o governo empreende a construção da estrada de ferro que ligará São Paulo ao Rio Grande do Sul e cujo traçado cortava o planalto de norte a sul, distribuindo terras às companhias estrangeiras, terras essas habitadas por caboclos posseiros. A região ainda era palco de contenda entre os estados do Paraná e Santa Catarina que disputavam juridicamente a posse da região o que conferia um motivo a mais para atritos — a questão do Contestado pode ser entendida como a disputa jurídica entre ambos os estados enquanto que a Guerra do Contestado remete à disputa armada entre Governo e posseiros. Atrelado a isso havia uma política de embranquecimento da população que determinava a vinda de imigrantes europeus, sobretudo alemães, poloneses, ucranianos e em menor escala, de italianos, a partir de fins do século XIX. A região passa a ser reconhecidamente um reduto de colonos caucasianos, deixando à margem dessa construção histórica a presença dos negros. Mesmo os indígenas, nomeadamente os das etnias xokleng e kaingang não tiveram melhor sorte, uma vez que sofreram um drástico decréscimo populacional, sobretudo em decorrência do avanço das populações europeias sobre as áreas onde viviam, o que gerou uma série de conflitos e, os poucos remanescentes autóctones foram reduzidos à pequenas porções de terras de baixo valor e produtividade: as reservas indígenas. Lúcio Mota alerta para o fato de os índios Xokleng da TI (terra indígena) Ibirama em Santa Catarina:

Serem os sobreviventes de um processo brutal de colonização do sul do Brasil iniciado em meados do século passado, que quase os exterminou em sua totalidade. Apesar do extermínio de alguns subgrupos Xokleng no Estado, e do confinamento dos sobreviventes em área determinada, em 1914, o que garantiu a "paz" para os colonos e a conseqüente expansão e progresso do vale do rio Itajaí, os Xokleng continuaram lutando para sobreviver a esta invasão, mesmo após a extinção quase total dos recursos naturais de sua terra, agravada pela construção da Barragem Norte, mas tal fenômeno não se restringiu aos Xokleng uma vez que os Kaingang compartilhavam o mesmo território colonizado. (MOTA, 2000, p. 61).

Ao se analisar as conjunturas que promoveram a colonização e o desenvolvimento da Região Sul brasileira, é possível notar a participação ativa, embora compulsória, das populações negras em todas as fases desse processo. Desde Sacramento; em Desterro quando se verifica farta presença do contingente africano e descendentes; sobreviventes da Guerra do Paraguai que se fixaram em várias localidades do sertão sulino; no Paraná, trazidos pelos



paulistas para abastecer as fazendas de gado, enfim, pode-se visualizar o negro em todo o território que circunda o planalto norte catarinense. É sabido que essa região contestada pelo Paraná e Santa Catarina não apresentava na ocasião uma estrutura legalizada ou burocrática, o que fazia com que ora pertencesse a um dos lados, ora, passasse para a tutela do outro. Tal situação oferecia atrativos à convergência desses negros, escravos fugidos, forros, nascidos livres que para ali partiam em busca de refúgio nas florestas sem dono. É bem possível que se intua que diante da possibilidade do afastamento da convivência com o algoz, alguém que tivesse sofrido qualquer tipo de privação, assim que a ocasião se afigurasse propícia, procurasse sua liberdade e formas de subsistência. Desse modo, cercados por áreas de históricos conflitos, o negro que conseguisse empreender tal jornada rumo ao isolamento, o fizesse, bastando para tal que a oportunidade se afigurasse.

A historiografia, entretanto, não confere a esse elemento, hoje majoritário na sociedade brasileira, uma presença vigorosa na mencionada região. Autores consagrados dão pouca visibilidade ao negro em suas obras. Oswaldo Cabral, Walter Piazza, reconhecidamente autores conservadores, além de Sandro Costa, por exemplo, concentram suas observações basicamente aos paulistas, quando tratam do tropeirismo, e quando trabalham a questão do Contestado, visam mormente ao conflito, homogeneizando a figura do caboclo sem determinar que caboclo era esse ou sem se aprofundar no estudo a respeito da sua constituição.

Durante todo o processo de colonização do território, a menção aos colonizadores ofusca a presença do negro, o qual mesmo escravizado ocupa lugar estratégico nessa trajetória, isso sem mencionar suas lutas por liberdade, suas resistências, suas organizações em irmandades, etc. conforme já se pode atualmente verificar em trabalhos de pesquisadores como Paulo Pinheiro Machado e Márcia Espig, que dão ao tema a relevância devida, sobretudo quanto à configuração humana do caboclo. Em *A Guerra Santa Revisitada*, organizado por ambos os autores são revistos alguns dos pontos de desqualificação desse personagem furtivo do planalto; alcunhas como “fanáticos”, “matutos”, “sertanejos”, remetiam à incapacidade de lidar de forma mais complexa com as nuances sociais. Quando o conflito do Contestado tem início, passam a ser tidos como “lunáticos”, mas jamais foram objeto de consideração e sensibilização por parte dos críticos, seus contemporâneos, a despeito das injustiças a eles infligidas. Porém, há razoável fonte de informações a respeito do negro na referida região, antes, durante e depois da pacificação e do estabelecimento da



ordem estatal. Paulo Machado diz que “embora não haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro”¹⁴. Na obra *Lideranças do Contestado*, do mesmo autor, lê-se, em referência ao modo como eram vistos os caboclos e suas motivações:

Julgamos ser mais adequado o estudo de movimentos camponeses sem caracterizá-los, *a priori*, como “reacionários” ou “revolucionários”, “reativos” ou “tradicionais”. Nem tampouco afirmar que representam apenas reações, espasmos ou desdobramentos inermes de forças externas. Precisamos, isso sim, procurar entender sua capacidade criadora, avaliando suas origens, sua expansão e suas limitações¹⁵.

Muita discussão em torno da figura do caboclo do Contestado ainda virá, mas cada uma delas terá de reconsiderar cada etapa da participação desse personagem que agora apresenta sua face heterogênea e sua capacidade complexa e adaptativa, o que redundará na compreensão deste personagem longe da figura pejorativa do “fanático” incapaz de compreender o que estava em jogo naqueles episódios repletos de insensibilidade por parte dos governantes e dos capitalistas estrangeiros que lograram se apossar daquelas terras e explorar suas riquezas a despeito do contingente humano ali estabelecido.

Entre o Paraná e Santa Catarina: lugar de caboclo, terra de ninguém

No trabalho dos historiadores Marlon Brandt e Nazareno Campos, nota-se que essa população de sitiantes era composta por muitos ex-peões, agregados, escravos fugitivos, negros libertos e pequenos fazendeiros em busca de novas terras, que não estava submetida aos laços que prendiam agregados e peões aos fazendeiros das áreas de campos, tanto de Santa Catarina quanto do Paraná ou Rio Grande do Sul¹⁶. A origem dos latifúndios na região planaltina vem do sistema de sesmarias, prática corrente da colonização. Para suprir tais propriedades com mão-de-obra para o trabalho compulsório, a presença do negro escravizado passa também ali a ser explorada, o que não o impede de deixar sua marca no panorama demográfico daquela região circundante das florestas densas e no seu interior. Quando da fundação de Lages, em 1771, segundo a historiadora Zélia Lemos, computaram-se negros na

14 MACHADO, 2004, p. 66.

15 MACHADO, 2004, p. 33.

16 BRANDT & CAMPOS, 2014.



própria comitiva do fundador Correia Pinto, “embora boa parte se ligasse aos trabalhos domésticos, o maior número deles estava em poder dos fazendeiros, empregados nas lides do campo”¹⁷.

De início, obviamente, o elemento indígena, ou “negro da terra”, por ali habitava, percorrendo o território de acordo com sua conveniência. Tinha total domínio desse espaço estabelecendo referências culturais típicas da sua natureza nativa. Com o advento do imigrante europeu caucasiano, paulatinamente esse indígena, não sem sérios conflitos, acaba por ser razoavelmente dispersado ou obrigado a se aproximar dos demais elementos que para o interior da floresta partiam. Esse amalgama resultante de lusos brasileiros, africanos e de nativos gera um novo tipo que apresenta certas características físicas e culturais, nasce, então o caboclo, talhado exclusivamente para aqueles sertões do planalto norte catarinense. Com o declínio do tropeirismo, assume a vida rústica adentrando esses sertões impróprios para a criação de gado. Esse caboclo, a par da sua liberdade e isolamento, achou ali seu *locus*, sabendo extrair daquele ambiente seu sustento: pinhão, mate, peixes, madeira, resina, caça, etc. Segundo Muchalovski (2008), além de assimilar a cultura indígena, o caboclo, é marcado também por tradições de origem ibérica, do tradicionalismo dos bandeirantes paulistas e pelo comportamento do gaúcho dos pampas.

A importância desse caboclo para modelar uma situação social distinta, vem da sua capacidade de inventar ou se adaptar a um panorama destituído de limites territoriais privados, mas que focava nas relações colaboracionistas com a vizinhança. Talvez pelo receio de que esse modo de viver sem ter de se submeter aos mandos dos grandes, essa postura culturalmente independente encoraja os governantes e proprietários a empreenderem uma política de imigração na região, no século XIX, sob a tutela do Imperador que os via no completo isolamento e subsistindo sem maiores complicações. Um indivíduo independente não precisa obedecer a ninguém. Por outro lado, conforme o historiador Nilson Thomé (1995), a Corte também planejava remodelar aquele espaço que não possibilitava uma povoação enriquecedora, pela visão imperial da época. Esse processo causou um choque de culturas que acaba se tornando um dos motivos da Guerra do Contestado. O mesmo também pode ser dito após o advento da República a qual não representou nenhum tipo de ruptura positiva para as populações do Contestado as quais, inclusive, se opunham ao novo modelo político nacional, não por fidelidade à monarquia, mas por entenderem que a república se

17 LEMOS, 1983, p. 67.



comprometia mais com o capital estrangeiro que visava a exploração daquela região do que com a população cabocla que ali vivia como posseira representando o “atraso”.

Para além dos tropeiros que varavam a região transportando gado das estâncias gaúchas até Sorocaba, servis africanos debandavam para o planalto buscando melhor sorte nessas terras. Tais contingentes concorreram para o surgimento de uma população rural com relevantes vínculos ligados à terra, que se adaptou à ausência do governo ou de lideranças locais relacionadas ao latifúndio. A partir de ponderações dessa escala tentou-se trazer à luz o arcabouço étnico e cultural procurando relacionar os elementos ativos componentes do que se chamou desenvolvimento do planalto norte catarinense. O amalgama étnico, as relações culturais e produtivas atuais, não deixam de decorrer daqueles fatos vivenciados por muitos na região do Contestado, como consequência do arranjo territorial conturbado em suas variadas nuances, o qual mantém suas características básicas ainda hoje.

Ainda durante a Revolução Federalista (1893 – 1894), a cidade de Mafra, à altura, inserida à Vila de Rio Negro, foi palco de importantes embates, nos quais a prática da degola era usual. Assim se torna notório, o negro uruguaio Adão Latorre que para se vingar da chacina sofrida por sua família torna-se um degolador durante o conflito. Adão deixa vasta descendência contribuindo assim para a efetivação do negro no sul do país. Nilson Thomé (2007), evidencia a presença do negro como componente étnico da população da região contestada. Desde quando da abertura dos caminhos dos tropeiros, da instalação das fazendas de criação e das primeiras explorações de ervais nativos, o negro participou da formação do homem do Contestado. Ao verificar-se na região planaltina a presença de pessoas negras, que não sofreram miscigenação, essa influência passa a não ser majoritária, pois, ainda segundo Thomé, poucos foram os africanos que se estabeleceram no Contestado. Porém, não se pode negar na compleição desses caboclos, de antes, durante e depois, de todos esses processos colonizadores e conflitos das mais variadas procedências, a vigorosa parcela africana na constituição dos miscigenados de brancos com negros e índios. Como já mencionado, eram oriundos de São Paulo para ocupação das terras, na condição de escravizados, também como de trabalhadores livres vindos de outras regiões do país para trabalharem na empreitada da ferrovia. Além do que, alguns dos principais líderes do movimento rebelde de 1912-1916, considerados “comandantes-de-briga”, eram negros, como Olegário Ramos (conhecido como Negro Olegário. O historiador Vinhas de Queiroz narra que ele era negro gaúcho, antigo maragato e comandava um piquete jagunço que percorria a Serra do Marombas), Joaquim



Germano (sobre este, Queiroz diz que “*era outro líder rebelde, negro, também gaúcho que tinha fama de muito valente*”). Joaquim foi morto por Adeodato depois de desentendimento entre ambos), Benvenuto Lima (também conhecido como Venuto Baiano, líder negro proveniente da Bahia por volta de 1890. Liderava cerca de cem homens dispostos a lutar) e Adeodato Manoel Ramos (último comandante de briga, conhecido como “o flagelo de Deus”, foi assassinado numa suposta fuga do presídio de Florianópolis no ano de 1923).

Na década de 1950, a historiadora Mariza Lira já demonstrava preocupação para com a desatenção historiográfica em relação ao componente negro no sul do Brasil. De fato, raramente se encontram obras que se aprofundem no estudo desse contingente especialmente no Estado de Santa Catarina. Sob o signo do caboclo, que muitas vezes não passa de uma atribuição generalizante, o negro se dilui nessa composição, porém, as descrições encontradas em diversas fontes à maneira de cada época dão forma e existência a esse indivíduo, mas há de se ter sensibilidade para visualizá-las no seu devido contexto e a partir da compreensão do que representava, essa etnia, aos olhos dos outros em cada momento. Em alguns casos, nota-se referências caracterizadas por certa compaixão, em outros, a frieza e a rudeza se sobressaem, em outros ainda, a indiferença, mas todos esses casos fixam em definitivo a presença do negro no sul de forma geral e em especial, na região contestada. Lira adverte para essa falta:

Quase sempre subestimamos a contribuição do elemento negro nos estados do sul. É um erro de apreciação determinado pela perspectiva do presente. Esquecemos o passado, e foi justamente no passado, no período áureo do regime servil, que o negro atuou naquelas regiões, mais tarde coloridas pelo influxo da colonização europeia¹⁸.

Conforme se nota, essa invisibilização do negro já era objeto de questionamento de alguns pesquisadores mais antigos, porém, essa realidade paulatinamente vem sendo revigorada e é possível encontrar importantes estudos que visam retificar tal situação. O já mencionado Nilson Thomé é categórico no seu ensaio *Negros no Contestado, sim! Quilombos e quilombolas, não!* O também historiador René Ramos contribui com o debate em seu artigo *A Representação dos Negros na Guerra do Contestado no Museu Paranaense*. O literato Fernando Romero na sua tese, *Museu do museu: uma crítica do registro da Guerra do Contestado em Santa Catarina*, não deixa de provocar reflexão acerca da relegação do negro

18 LIRA, 1951, p. 93.



nos documentos oficiais do estado. Indaga ele: *por que determinados grupos, como os negros e os caboclos, sempre estiveram ausentes dos museus, das memórias e até da historiografia de Santa Catarina?* (ROMERO, 2012, p. 10). De forma que o avanço da discussão aparenta um avigoreamento necessário para o ajuste dessa questão na historiografia. Cabe aos pesquisadores dar prosseguimento a essas relevantes questões visando estabelecer aos atores históricos, objetos deste estudo, sua real significância nesse rico processo.

O negro permanece

Nilson Thomé lembra que no início do Século XX, entre 1908 e 1910, antes, portanto, de serem deflagradas as primeiras hostilidades por parte da companhia que sumariamente expulsava os posseiros caboclos de suas casas e sítios, contingentes de negros de outras regiões afluíram para o planalto como contratados da Brazil Railway Company, ali permanecendo após a contenda, o que redundou no incremento dos componentes étnicos da região em questão. Muitos, entretanto, aderiram ao conflito por também se virem explorados e descartados pela companhia americana. Diz Thomé:

Houve uma rápida corrente migratória de negros e mulatos para a Região do Contestado, que vieram da Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, na condição de trabalhadores contratados para a abertura da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, no trecho de União da Vitória (PR) a Marcelino Ramos (RS). O contingente recrutado pela Brazil Railway Company para trabalhos braçais em nossa região chegou a cerca de oito mil pessoas, parte delas a seguir e até 1916 sendo aproveitada para a implantação dos trilhos no Ramal de São Francisco, trecho entre Mafra/Rio Negro e Porto União/União da Vitória, na direção do porto de São Francisco. Concluída a construção, já na segunda década do século XX uma parcela destes elementos não regressou à origem, optando por se estabelecer nas terras marginais da ferrovia e assim se inseriram na sociedade regional, trazendo suas tradições, usos e costumes¹⁹.

É justamente nessa região especificada que a presença do elemento negro não recebe a devida atenção. O caboclo, é, sem dúvida, um tipo indissociável da área contestada, é seu típico habitante que se diferencia dos latifundiários, fazendeiros e comerciantes, e, logo mais, dos europeus não ibéricos que para ali também se dirigiram. Porém sem a presença do negro, com toda a sua bagagem cultural bem como na sua capacidade de resistência contra o estado

19 THOMÉ, 2007, P. 80.



de coisas a que era submetido, o caboclo não poderia existir. Esse caboclo, que era índio, que era ibérico e que era negro, não pode ser descrito como não negro uma vez que, ao analisarem-se as necessidades de cada grupo dentro daquele contexto de escravidão, de exclusão, de segregação, fica a cargo do negro a iniciativa de se embrenhar na mata em busca de outro modo de vida. Sim, se associaram em grupos de bandoleiros para saquear tropeiros, lutaram contra a exploração do estrangeiro e contra o descaso dos governos e sobreviveram a tudo isso.

Cabe, então, inserir sua história nos livros investindo em novas pesquisas, questionando o discurso superficial e tendencioso, trazendo para a sociedade essa discussão renovada para que se possa desvendar seu destino e garantir que sua presença jamais seja relegada ao esquecimento tão somente porque se pretende uma sociedade não negra, como se verificou no propósito de embranquecimento dos governos em relação à população quando investiu em colonos europeus. Se compararmos a presença de ambos os grupos, os negros e os caucasianos na região, os últimos serão considerados recém-chegados, enquanto que o negro esteve ali desde os primeiros movimentos na direção da conquista deste vasto território sulino.

O ensino de história - categoria teórica: ideologia

Terry Eagleton na sua obra *Ideologia*, demonstra o quão é difícil elaborar uma conceituação adequada para o termo, o qual se apresenta sob vários “significados”. Apesar disso, o termo *Ideologia* não se limita ao que os seus significados apregoam, antes, ostenta na sua base mais fundamental a efigie dos valores da vida social, e pode caracterizar varias faces e maneiras de interpretações. Eagleton, assim esquematiza alguns subconceitos de Ideologia:

- a) O processo de produção de significados, signos e valores na vida social;
- b) Um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social;
- c) Ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante;
- d) Ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante (muito embora quem produz essas ideias não parte do principio de que elas são falsas, trata-se, conseqüentemente, de uma escolha que enaltece alguns e invisibiliza outros. Isso também é válido para o item “e” logo abaixo);
- e) Comunicação sistematicamente distorcida;
- f) Aquilo que confere certa posição a um sujeito;
- g) Formas de pensamento motivadas por interesses sociais;
- h) Pensamento de identidade;
- i) Ilusão socialmente necessária;



- j) A conjuntura de discurso e poder;
- k) O veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo;
- l) Conjunto de crenças orientadas para a ação;
- m) A confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal;
- n) Oclusão semiótica;
- o) O meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social;
- p) O processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural.

Ao reconhecer a ideologia como qualquer conjunto de crenças motivadas por interesses sociais, o autor atenta para a representação das formas de pensamento dominante em uma determinada sociedade. Entretanto, apesar de Eagleton apontar para tais características da ideologia, também assume que isso é o que torna universalizadas suas definições, e isso implica aceitar que ninguém se resigne num primeiro momento, que seus modos habituais são definidos por uma ideologia dita como dominante. Ademais, o autor levanta outro ponto importante: que é notar que tais formulações estão ligadas a questões de teor epistemológico, ou provém de certo conhecimento de mundo, por exemplo, as convicções modeladas sob os arquétipos racionais aos quais os indivíduos estão constantemente sendo moldados.

Relacionando a questão da ideologia com o modo como os rebeldes do Contestado foram tidos pelos construtores de ideias (no início do século XX, sobretudo os jornais eram basicamente o único meio pelo qual se veiculavam as notícias e as ideias em larga escala — o rádio só aparecerá em 1922), os estudos de Eagleton sobre o tema ideologia, ajudam a mostrar finalmente como os caboclos foram apontados como “fanáticos” pelos meios de comunicação naquela ocasião. Tais alcunhas depreciativas lançadas aos despossuídos da região foram assimiladas pelo senso comum e reproduzidas sem moderação, chegando até aos nossos dias, sendo refletidas inclusive pela historiografia. Produzir narrativas que se contrapõem a algumas oficiais hegemônicas é tarefa para os pesquisadores que já contam com um olhar mais humanizado e espírito independente e fiel aos fatos em si, usando de cautela para evitar as sutilezas que a ideologia vem conferindo aos discursos sobre o tema. Apesar desse perfil de múltiplas faces, as ideologias, contudo, devem ser encaradas como meio de propor reflexões acerca de juízos naturalizados de verdade e falsidade conforme a sua função ou eficiência em reunir classes ou frações de classes em posições de domínio ou subordinação. A ausência dos negros como protagonistas das suas próprias realizações nos registros historiográficos da época e por ocasião da guerra do Contestado não se deu, então, por algum lapso infeliz da memória, mas serviu para lhes negar a capacidade de organização, de resistência e luta contra

os grilhões e a injustiça, conforme ocorreu com as demais revoltas encabeçadas pelos negros em vários períodos da história do Brasil.

No que se refere ao uso de temas fortemente significativos para determinada comunidade, sobretudo a partir da escola, na disciplina de História, e nesse caso específico da região do Planalto Norte catarinense, a história desses excluídos deve ser encarada dentro de uma nova perspectiva, a saber, a de que os referidos “fanáticos” não se encaixavam nesse rótulo simplificador, mas a partir da sua composição social, étnica, cultural e mesmo política, e que se organizaram, se apropriaram do significado da sua luta, conheciam exatamente o contexto em que atuavam e quais eram as intenções do inimigo, o governo e a Lumber. Dessa forma, reduzir aquele povo a meros fanáticos, é sem dúvida desqualificar a capacidade do homem de imbuir-se de suas forças afim de combater seu opressor. Em sala de aula, o debate sobre tais questões deve ser incentivado, e as ligações dos alunos com aqueles eventos podem ser motivo de intensa reflexão considerando que as comunidades planaltinas estão em firme contato com todo o desenrolar histórico, e ainda mais, que os jovens desfrutam dessa herança. Assim, Circe Bittencourt acrescenta: esse conhecimento vincula-se diretamente com a escola, estabelecendo novas relações de saber pela prática social de seus agentes fundamentais, professores e alunos²⁰.

Conclusão

Sabe-se que na pesquisa histórica, na história ensinada na academia e no ensino de história na escola básica os tempos e eventos transmitidos não são coincidentes, portanto, é necessário se pensar em maneiras de nos aproximarmos conjuntamente das motivações que levam a cada fato para que o transmitamos de forma harmoniosa visando promover discussões que compartilhem uma base teórica sólida e limpa das influências ideologicamente perniciosas; porém sem perder de vista o reconhecimento da especificidade de cada uma dessas histórias em cada um destes lugares, o que bem pode permitir uma comunicação mais fecunda entre elas²¹.

Reconhecer na sala de aula um núcleo convergente de diversas trajetórias e com elas fomentar reflexões conjuntas sobre cada uma delas e associá-las mutuamente pode se comprovar um exercício qualitativo de intenso retorno na formação do aluno. Antigos

20 BITTENCOURT, 1993, p. 193.

21 PEREIRA & SEFFNER, 2008, p. 114.



paradigmas inférteis serão abandonados em função de um debate franco e sempre aberto, visando construir e dividir novas percepções afim de que se avance em relação ao reconhecimento da alteridade como merecedora do mesmo respaldo social em constante evolução.

Nesse sentido, rever a questão da invisibilização do negro nos debates referentes as lutas do Contestado, mormente quando aquela região passa a ser enxertada por descendentes de europeus a ponto de haver uma naturalização dessa característica, faz-se sobre maneira necessário, até porque isso pode ser exemplificado no triste episódio do acidente rodoviário ocorrido na serra Dona Francisca em 14 de março de 2015, quando um ônibus da viação Costa Mar despencou serra abaixo deixando 51 mortos e 8 feridos. O fato que marca a exemplificação desse acidente com o tema do presente artigo diz respeito ao destino dos viajantes: todos ali, pessoas brancas, descendente dos europeus que vieram repovoar a região do Contestado, estarem indo em vigília religiosa de matriz africana. Todos eram praticantes de umbanda.

Aqui, o destaque está na naturalização da apropriação de práticas afro-brasileiras na região contestada e que mantém invisibilizada a presença do negro, o que mostra que pelo menos em determinado aspecto esta tese se confirma, pois mesmo com o trágico acidente nessas circunstâncias, a ausência de negros indo comungar sua fé no mencionado veículo juntamente com os brancos de União da Vitória, região que conta com aproximadamente 70 centros de culto afro-brasileiro, segundo a Federação Umbanda Candomblé e Angola (Fuca), não provocou nenhuma estranheza; e tal comportamento não se deu por uma superação do racismo, pois ainda pode-se testemunhá-lo ali, mas por simplesmente não se pensar mais no negro como parte dessa história apesar das suas marcas culturais ainda fortemente presentes.

A linha de pesquisa *Saberes históricos em diferentes espaços de memória* é um excelente fio condutor para essas reflexões, uma vez que expande o olhar para além dos limites da escola já que a região aqui estudada se mostra com fartas possibilidades para o aprendizado de história.

Referencias

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. EDUSP. SP: 1982.

BRANDT, M. & CAMPOS, N. *Costumes e usos da terra pela população cabocla do planalto de Santa Catarina*. Mercator, Fortaleza: 2014.



Campaña del Brasil - Antecedentes Coloniales. Documentos referentes a la guerra de la independencia y emancipación política de la República Argentina y de otras secciones de América. Segunda série, dirigida por Carlos Correa Luna. Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 1931, tomo 1 (1535-1749).

EAGLETON, T. *Ideologia. Uma Introdução*. São Paulo, Unesp, Boitempo, 1997.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. EDUSP. SP: 2002.

FLAUSINO, C. *Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886*. UFJF. JF: 2006.

IANNI, O. *As metamorfoses do escravo*. In: GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. Ática. SP: 1992.

IUNSKOVSKI, R. *Migrantes caboclos em Florianópolis: trajetória de uma experiência religiosa*. Dissertação – UFSC. Florianópolis, 2002.

LEITE, I. B. *O legado do testamento. A comunidade de Casca em perícia*. UFRGS. Porto Alegre: 2002.

_____. (Org.). *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996.

LEMONS, Z. *Curitibanos na História do Contestado*. Imprensa Frei Rogério. Curitibanos:1983.

LIRA, M. *Migalhas Folclóricas*. Laemmert. RJ: 1951.

MACHADO, P. *Lideranças do Contestado*. Ed. Unicamp. Campinas: 2004.

MAMIGONIAN, B. & VIDAL, J. *História Diversa, africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina*. Ed. UFSC. Florianópolis: 2013.

MARCON, F. *A escravidão em Lages: negros livres, libertos e escravos*. In: HEINSFELD, Adelar (org.). A região em perspectiva: Diferentes faces da história catarinense. Unoesc. Joaçaba: 2001.

MOREIRA, S. *O legado da cultura tropeira*. Nova Letra. Blumenau: 2010.

MOTA, L. (Org.). *As cidades e os povos indígenas: mitologias e visões*. Eduem, Maringá: 2000.

MUCHALOVSKI, E. *Espaço e Ocupação: Perspectivas de Abordagem da História Local do Planalto Norte Catarinense sob a Ótica da Etnicidade*. Revista Ensino e Pesquisa. V.01. n.5. 2008 Acesso em: 05/02/2015.



NASCIMENTO, C. *Presença negra na Lapa-Paraná: reconstruindo um passado através da cultura material*. PUCRS. Porto Alegre: 2009.

PEREIRA, N. & SEFFNER, F. *O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula*. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28. 2008.

POSSAMAI, P. O trabalho de negros e índios na colônia do Sacramento. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. *Mneme – Revista de Humanidades*. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.

ROMERO, F. Museu do museu: uma crítica do registro da Guerra do Contestado em Santa Catarina. Tese/UFSC. 2012.

SODRÉ, N. W. *Panorama do Segundo império*. Graphia. RJ: 1998.

THOMÉ, N. *Ciclo da Madeira: História da Devastação da Floresta Araucária e do Desenvolvimento da Indústria da Madeira em Caçador e na Região do Contestado no século XX*. Caçador: Imprensa Universal, 1995

_____. A formação do homem do Contestado e a educação escolar – República Velha. UNICAMP. Campinas: 2007. Tese.

WEHLING, A. & Maria José. *Formação do Brasil colonial*. Nova Fronteira. RJ: 1999.

WESTPHALEN, C. *Lapa, um pouso uma legenda*. Ed. Secretaria de Estado da Cultura. Curitiba: 1979.

Fontes

Artitude Mural Virtual. Exposição fotográfica Invernada dos negros. Disponível em: <http://artitudemuralvirtual.blogspot.com.br/2011_11_01_archive.html> Acesso em 07/02/2016.

As Revoltas Populares da República Velha. *Historiando*. Disponível em: <<http://rhistoriandoz.blogspot.com.br/2012/05/texto-8-terceiros-anos.html>> Acesso em 08/02/2016.

BARBOSA, M. Contestado, uma guerra civil no sertão catarinense. *História Viva*. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/artigos/contestado_uma_guerra_civil_no_sertao_catarinense.html> Acesso em 07/02/2016.

CASAGRANDE, P. *Meninos do Contestado*. Disponível em: <<http://obighouse.blogspot.com.br/2012/03/guerra-do-contestado-1912-1916-meninos.html>> Acesso em 09/02/2016.



CRUZ, L. Memória tropeira. *Revista de História*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/memoria-tropeira> Acesso em 07/02/2016.

Estado de São Paulo. Acidente em Santa Catarina deixa 51 mortos; 11 eram crianças. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,acidente-em-santa-catarina-deixa-51-mortos-11-eram-criancas,1650934> Acesso em 09/02/2016.

GOMES, F. & ARAÚJO, C. *História Viva*. Abolição da escravidão: a igualdade que não veio. Disponível em: http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/abolicao_a_igualdade_que_nao_veio.html Acesso em 07/02/2016.

Povos indígenas no Brasil. Xokleng. *Instituto Sócio Ambiental*. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/xokleng> Acesso em 09/02/2016.

Portal Serra SC. Invernada dos negros – linha histórica. Disponível em: http://www.invernadosnegros.com.br/linha_historica.html Acesso em 07/02/2016.

RAMOS, R. A Representação dos Negros na Guerra do Contestado no Museu Paranaense. *XV Encontro Regional de História – ANPUH*. Disponível em: http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1467942565_ARQUIVO_artigoanpuhRenewRamos.pdf Acesso 03/08/2016.

THOMÈ, N. Negros no Contestado, sim! Quilombos e quilombolas, não! *Ágora Revista de Divulgação científica*. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/agora/article/viewFile/11/128> Acesso em 07/02/2016.

Recebido em 22 de dezembro de 2016

Aceito para publicação em 18 de abril de 2017

